

Camponeses na Universidade e a Educação do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Bernardo Maçano Fernandes

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Recepción: 28/noviembre/2014 Aceptación: 3/junio/2015

Resumo Em 2013, foi criado o Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o apoio da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, em parceria com a Via Campesina e convênio com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este é o primeiro Programa de Pós – Graduação dirigido preferencialmente à população camponesa com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de seus territórios. Apresentaremos nossa leitura da construção deste Mestrado, abordando-a desde as origens do processo de criação da Educação do Campo, um paradigma teórico-político construído na relação de movimentos socioterritoriais do campo com universidades e governos. Esta relação constituiu políticas afirmativas que ampliaram o acesso do campesinato aos diversos níveis de ensino, inclusive à universidade. Analisaremos a história desse processo que ocorreu dentro do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 1998 e que tratou da Educação no Campo em todos os níveis, ou seja desde a alfabetização até o ensino superior. O PRONERA nasceu como uma das principais políticas públicas emancipadoras dos territórios do campesinato brasileiro e o TerritoriAL também tem como objetivo a proposição de novas políticas públicas para o desenvolvimento desses territórios, através da pesquisa e da tecnologia. Este projeto é voltado principalmente para os jovens e as jovens camponesas das comunidades e dos movimentos vinculados à Via Campesina.

PALAVRAS-CHAVE: campesinato, desenvolvimento territorial, construção do conhecimento.

PALABRAS CLAVE: campesinado, desarrollo territorial, construcción del conocimiento.

KEYWORDS: peasants, territorial development, construction of the knowledge.

Introdução

Neste artigo, apresentamos um relato sobre a criação de um programa mestrado voltado para o desenvolvimento de territórios camponeses. Este relato está baseado em um debate teórico e político, porque está associado às disputas territoriais materiais e imateriais dos modelos de desenvolvimento para o campo. Para compreender como foi possível criar o que possivelmente seja o único mestrado voltado exclusivamente para os territórios camponeses, apresentamos um ensaio teórico que denominamos de debate paradigmático e como foram construídos os processos, as ideias, os projetos, os cursos, os programas e as políticas públicas que possibilitassem chegar à condição de oferecer aos pequenos agricultores, camponeses, agricultores familiares um mestrado voltado para pensar seus futuros.

A possibilidade de construir um programa de doutorado é o futuro próximo e estamos ampliando nossas relações com programas de pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe voltados para os territórios camponeses com o objetivo de criarmos uma rede acadêmica especializada nos estudos camponeses. São perspectivas que nasceram na década de 1990 e que se desenvolveram por meio de disputas paradigmáticas e territoriais, como demonstramos neste artigo.

A criação do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) é mais do que um projeto acadêmico. É o encontro de diversas ideias construídas no diálogo e embate entre os próprios parceiros, porque o consenso é formado por diferentes concepções que tornam possível a realização de um projeto. Nosso desafio tem sido unir competências e interesses da universidade e dos movimentos camponeses para realizar um curso de pós-graduação que atenda aos objetivos de promover o desenvolvimento territorial sustentável, inclusivo e todas as adjetivações que promovam a manutenção da existência do campesinato com qualidade de vida e respeito às suas identidades e culturas.

O campesinato é um sujeito político que pratica uma relação social baseada em diferentes formas de organização do trabalho: familiar, associativa, comunitária, cooperativa ou qualquer outra denominação que explicita formas solidárias que garantam a sua existência. Esta relação social também tem sido denominada de agricultura familiar¹. Nas sociedades capitalistas, a agricultura familiar ou campesinato está subordinada à relação social hegemônica, ou seja: o modo capitalista de

¹ Considero que todo camponês é um agricultor familiar e que todo agricultor familiar é um camponês. Esta definição é baseada na análise da diferenciação econômica entre camponeses ricos, médios e pobres (na classificação clássica) ou agricultores consolidados, intermediários e periféricos (na classificação contemporânea). A diferenciação econômica é formada principalmente pela renda capitalizada da terra, que subordina ou exclui o camponês/agricultor familiar do modelo hegemônico da agricultura capitalista.

produção, que tem como princípio a produção de mercadorias através da expropriação da riqueza produzida pelo trabalho, gerando desigualdades, destruindo e recriando o campesinato, conforme os interesses da economia capitalista.

O campesinato tem resistido e sobrevivido aos diversos sistemas político-econômicos: escravocrata, feudalismo, capitalismo, socialismo, contudo ainda não conseguiu construir sua própria condição de autonomia na convivência e contestação com outras relações sociais. A coexistência entre campesinato e capitalismo acontece pela conflitualidade permanente, porque em uma relação desigual sempre existirá dominação e resistência, sendo portanto impossível uma convivência pacífica entre relações sociais tão distintas. A desigualdade originada pela renda capitalizada da terra, quando o capitalismo se apropria da riqueza produzida pelo trabalho do campesinato, tem gerado pelo menos três níveis de condições de existência do campesinato, desde os mais capitalizados aos mais pobres.

Uma pequena parcela do campesinato, em torno de 10%, está capitalizada e altamente subordinada às regras do sistema capitalista, que significa dizer: escravo do mercado capitalista, porque a ele está preso e não existe outra condição de venda da sua produção, por causa da ditadura do capitalismo. Esta parcela de dez por cento tem uma renda satisfatória, que é na verdade uma espécie de concessão das corporações capitalistas à submissão destes camponeses ou agricultores familiares ao modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura, denominado de agronegócio. Uma parte destes camponeses/agricultores familiares se transformará em capitalistas e outra parte continuará subalterna e poderá se manter nesta condição ou empobrecer.

Uma outra parcela do campesinato, em torno de 40%, está procurando se capitalizar na longa fila de espera para entrar no mercado capitalista. É o triste caminho da subordinação, mas ele não encontra outra opção a não ser produzir somente para autoconsumo, condição que não lhe garante qualidade de vida na sociedade moderna. Pior ainda é a situação da parcela mais empobrecida, em torno de 50%, que vive da ajuda governamental, quando existe. Esta parcela é a mais ameaçada pela expropriação e proletarianização, ou seja está em processo de destruição. Depois de três décadas de pesquisas sobre o campesinato, estou convencido, de que o mercado capitalista não pode ser a única opção. As condições que o capitalismo oferece ao campesinato são: subordinação ou pobreza.

Existe outra possibilidade de desenvolvimento para o campesinato que são sejam as vias da subordinação e da expropriação? Penso que esta seja a principal questão para o Territorial. Um curso de pós-graduação voltado para o desenvolvimento territorial do campesinato não poderia ignorar a responsabilidade de pensar este elemento estrutural da questão agrária. Entendo que aqueles que se dedicarem a responder esta questão são mestres camponeses. Compreendo que educadores e

educandos têm debatido esta questão em pelo menos duas perspectivas: uma é a socialista, que com fim da URSS, a expansão do capitalismo chinês e a resistência de Cuba, precisa ser reinventada; a outra, que também está contida na anterior, é o desenvolvimento de pesquisas para elaborar propostas de minimização da perda da renda dos camponeses e da criação de tecnologias e mercados sob as regras do modo camponês de produção. Evidente que não há consenso a respeito dessas perspectivas, mas acredito que é por meio deste debate que os mestres camponeses procuram construir as leituras e as práticas cotidianas.

Estes caminhos se encontram a todo momento nas perspectivas de superação da expropriação e da destruição do campesinato. Como temos afirmado, o território é a condição de existência do campesinato, de modo que o TerritoriAL deve contribuir para a melhor compreensão da produção territorial do mundo camponês, suas formas de subordinação, resistência e superação. Temos certeza que o modelo de desenvolvimento do capitalismo e suas tecnologias não são apropriadas para o desenvolvimento de um campesinato autônomo. As tecnologias capitalistas podem ser referências para criação de tecnologias camponesas, respeitando-se os princípios das diferenças escalares e das relações sociais e, principalmente, lutando contra o princípio capitalista de destruição do campesinato. Contudo, é fundamental recuperar tecnologias camponesas abandonadas para uso de tecnologias criadas a partir das necessidades das relações sociais capitalistas.

Para construir estes caminhos é fundamental que os professores e alunos se desafiem a inovar, sejam ousados, pois a condição que o TerritoriAL possui é singular, porque reúne pesquisadores voltados a estes princípios, sejam os educandos originários dos territórios camponeses, sejam os educadores especialistas nos estudos desses territórios a partir de diversas áreas do conhecimento. Este caminho está sendo construído há pelo menos três décadas, este é o tempo que vem germinando e nascendo a Educação do Campo. Neste artigo, iniciaremos com a insurgência da Educação do Campo no âmbito do debate paradigmático na relação teoria/realidade. Deste processo passamos para a construção do PRONERA e a realização o Curso Especial de Geografia no campus de Presidente Prudente da UNESP, de 2007 a 2011. Após esta breve história, abordamos a criação do TerritoriAL, discutindo seu processo de formação em perspectivas.

A insurgência da Educação do Campo e o debate paradigmático

Existem conjuntos de teorias que procuram explicar os modelos de desenvolvimentos da agricultura camponesa e da agricultura capitalista, suas relações de subordinação e resistência, ou negá-las. Tenho afirmado que estas teorias compõem o debate paradigmático (Fernandes, 2013), em que os trabalhos produzidos a partir

do paradigma da questão agrária diferenciam os modelos de desenvolvimento entre campesinato e capitalista, enquanto o paradigma do capitalismo agrário compreende o modelo capitalista como totalidade e o campesinato inserido neste sistema. Esta compreensão totalitária, que não enxerga além de seu próprio sistema, entende como “natural” o processo de destruição do campesinato pelo capitalismo, porque em sociedades competitivas os mais fracos são eliminados. Os paradigmas são pensamentos que produzem conhecimento, interpretando a realidade, e produzem as bases para a elaboração de políticas públicas e privadas. Portanto, os paradigmas produzem as condições essenciais para o desenvolvimento territorial, ou seja são pontos de partidas e de chegadas, já que projetam e avaliam as teorias e as políticas transformando a realidade.

Quando falamos em desenvolvimento, estamos nos referindo à sua multidimensionalidade e, portanto, quando pensamos o desenvolvimento da agricultura, não esquecemos da educação necessária para que este desenvolvimento ocorra. Essa condição começou a ser pensada, desde o paradigma da questão agrária, a partir do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na construção da Pedagogia do Movimento (Caldart, 2000) e tem como marco o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado de 27 a 31 de julho de 1997, na UNB, que apoiou o evento juntamente com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desde este evento, nasceram diversos projetos e políticas de Educação do Campo, sendo que a mais expressiva é o PRONERA.

A insurgência da Educação do Campo veio de um movimento camponês que projetou a educação necessária para o seu desenvolvimento, porque saber e comer são bases da vida que os camponeses têm lutado para proteger. Foi com esta visão que nasceu a educação como parte do desenvolvimento e do território, porque são indissociáveis. Esta mesma via é pensada a partir do paradigma do capitalismo agrário, mas como uma diferença estrutural: a educação é pensada a partir dos princípios do capital e não dos camponeses. Enquanto que no paradigma da questão agrária, a educação é pensada a partir dos princípios do campesinato e não do capital (Camacho, 2014). Assim nascia uma educação camponesa, que tem como referência a sua própria realidade e o TerritoriAL é parte de sua continuação.

O desenvolvimento da agricultura está associado à educação de qualidade. Esta condição ajuda a explicar o porquê da maior parte dos camponeses do mundo viver em condições de extrema pobreza. E o porquê do agronegócio ser extremamente rico. As universidades mais bem conceituadas tem diversos cursos voltados ao agronegócio, mas raramente possuem cursos voltados aos camponeses e outras populações tradicionais. E quando possuem é quase sempre a partir de uma visão

assistencialista. O Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos da UNESCO, publicado em 2014, mostra o mundo rural possui os piores índices de educação, por exemplo: acesso à escola, qualidade do Ensino Fundamental, acesso ao Ensino Médio e principalmente ao Ensino Superior. Aliás, o acesso à universidade pelos camponeses é considerado um privilégio entre diversas instituições, inclusive para alguns membros dos movimentos camponeses.

O acesso ao nível superior é essencial para o desenvolvimento da agricultura, haja vista a sua complexidade. O saber camponês necessita de tecnologias apropriadas e a ciência é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento. O mundo rural tem sido marcado pela secundarização. E a educação rural foi criada a partir desta visão de resto do mundo. Em muitos lugares, moveis e utensílios que não servem mais para uso no meio urbano vão para o meio rural. Materiais que não são mais usados nas escolas urbanas vão para as escolas rurais. O mundo rural tem sido o mundo da precarização, do resta na cidade. Recentemente, as leituras das novas ruralidades têm rompido com a visão urbanoide e reconhecido o campo como espaço de vida e de produção.

A modernização capitalista da agricultura não possibilitou mudanças dessa realidade, pois gerou intenso êxodo rural, criando o que foi denominado “deserto verde” em analogia às grandes áreas de commodities agrícolas, como por exemplo, monocultivos de árvores, soja e cana de açúcar. São grandes extensões de monoculturas, onde são raras as habitações e os componentes de seu entorno, como são vistas nos territórios camponeses. Ao contrário, a modernização capitalista intensificou as desigualdades, ampliando a exploração e aumentando expropriação. Como afirmamos na introdução deste artigo, o modelo capitalista de agricultura não é o caminho a seguir, embora possa ser uma referência. O bom desafio é construir um novo caminho.

Foi com esta intencionalidade que nasceu a Educação do Campo, romper a visão de resto do mundo e construir uma visão do Campo como espaço de vida, explicando o que é o território camponês e sua importância para o desenvolvimento do país. Explicar que o agronegócio não é uma totalidade, mas uma parte do processo. A Educação do Campo não é só uma pedagogia, é também geografia e matemática, história e física, química e arte, gente e terra, saber e ciência: enfim, trata-se de um paradigma que procura contribuir pra superar as situações de exclusão do meio rural. Países emergentes e pobres são onde esta realidade é marcada por maior desigualdade. Índia e China ocupam o primeiro e segundo lugar com maior número de adultos analfabetos. O Brasil está em oitavo lugar, depois do Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Etiópia e Egito (UNESCO, 2014, p. 10).

O Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos da UNESCO demonstrou que apesar dos países signatários terem se comprometido a melhorar os índices de educação até 2015, nenhum país alcançará as metas propostas

em 2000. São quinze anos de projetos incompletos que continuam vendo o mundo rural como lugar atrasado não merecedor de grandes investimentos. Exceto quando o grande investimento é o agronegócio. Em abril de 2014, realizei um trabalho de campo em Moçambique, onde o agronegócio começa a utilizar as terras dos camponeses para produção agrícola. Eles não têm energia elétrica, água e esgoto, não têm escola, não têm transporte, mas têm suas terras exploradas pelo agronegócio.

Algumas das razões pelas quais os governos não investem em infraestrutura no campo são as isenções fiscais às grandes corporações do agronegócio (UNESCO, 2014, p. 17), criando um círculo de extermínio do campesinato: a isenção fiscal dada ao agronegócio contribui para impedir os camponeses de estudarem, de terem a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, de modo que sem as condições mínimas de existência, tornam-se vítimas fáceis para serem expropriados pelo agronegócio. A modernização capitalista da agricultura, de fato, não contribuiu para a democratização do acesso à terra e à qualidade de vida das populações camponesas. Portanto, é necessário pensar um modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa com base na sua lógica, seu modo de organização, seu território e sua história.

A construção do PRONERA e o Residência Agrária

O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um dos frutos do Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA). A professora Monica Molina da Universidade de Brasília (UNB), foi uma das protagonistas da construção deste projeto:

Em função do trabalho desenvolvido na UNB, como coordenadora do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, fiquei responsável pela articulação interinstitucional do processo de negociação que resultou no PRONERA, sendo que tive o privilégio de participar de todas as discussões para criação desta política pública (Molina, 2003).

Com a participação do MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o PRONERA tornou-se uma das mais importantes políticas públicas da história da Educação do Campo. Atuando em todos os níveis de ensino, tem projetos com dezenas de universidades brasileiras. O Relatório da Segunda Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA) registrou cursos do PRONERA em todo o País, com exceção de áreas intensamente dominadas pelo agronegócio, como é o estado do Mato Grosso (ver mapa 1).

MAPA 1. Cursos do PRONERA por município, 1998-2011



O PRONERA nasceu em 16 de abril de 1998 e até 31 de dezembro de 2011 realizou 328 cursos nos níveis Fundamental, Médio e Superior, atendendo 167.203 educandos em todo o Brasil (II PNERA, 2014). Tornou-se de fato uma política pública que chegou nos territórios camponeses mais distantes dos centros urbanos, propiciando a milhares de pessoas o acesso à Educação do Campo, através da alfabetização, escolarização, aperfeiçoamento profissional, qualificação e a chegada à universidade. O PRONERA inspirou diversas outras políticas educacionais, entre elas o Residência Agrária e a Licenciatura em Educação do Campo (Santos, 2009). O Residência Agrária é uma modalidade original pensada desde a realidade do território camponês como um curso de especialização (Michelotti, 2012).

O Residência Agrária nasceu na perspectiva de romper com a hegemonia do agronegócio nas universidades, criando espaços e tempos para que estudantes de graduação possam vivenciar os territórios camponeses, realizando atividades de pesquisa e extensão, contribuindo com as mudanças sociais e com o desenvolvimento do campesinato. São cursos em diversas áreas das ciências agrárias e das ciências sociais. Construído a partir do paradigma da questão agrária, estes cursos promovem experiências em assentamentos de reforma agrária, quilombos e outros territórios camponeses. Os estudantes atuam em todas as dimensões do desenvolvimento: saúde, educação, produção, habitação, transporte, serviços, mercado, indústria, crédito, renda, gênero, etcétera.

O curso especial de Geografia – CEGEO

O TerritoriAL é consequente do Curso Especial de Graduação em Geografia - CEGEO (bacharelado e licenciatura) realizado na UNESP, campus de Presidente Prudente nos anos 2007-2011. Criado através de convênio com o PRONERA, o curso atendeu uma demanda do MST na formação de geógrafos e professores de geografia para atuarem nos assentamentos de reforma agrária. O processo de elaboração e realização do projeto do curso contou com a participação de professores, alunos de pós-graduação e de graduação da UNESP e de membros do MST. Foi um processo conflituoso tanto no interior da Universidade como na relação com o Movimento. Na academia os impedimentos vinham de posturas bem definidas e contrárias à criação de um curso que atendesse exclusivamente os camponeses. Em parte, eram pessoas que defendiam a visão hegemônica do agronegócio. Na relação com o MST, os estorvos eram superados pelo diálogo na construção de um curso que ajudasse a compreender o mundo a partir do campo. As discussões possibilitaram mudanças no Movimento e na Universidade que qualificaram as experiências, possibilitando um curso com identidade própria.

A experiência acadêmica da UNESP associada ao potencial do MST na construção da Educação do Campo propiciou o trabalho coletivo necessário para sua execução. A realização de um curso especial significou o desdobramento do trabalho dos professores, pois lecionavam em dois cursos de graduação: o regular e o especial. Embora sejam diferentes, são complementares. O regular é estruturado em disciplinas semestrais com aulas diárias em tempos parciais, enquanto o especial é organizado em disciplinas semanais com aulas em período integral durante seis semanas. O curso especial atendendo aos princípios da Educação do Campo possui dois tempos: o tempo universidade e o tempo comunidade, cujas atividades são complementares e procuram relacionar teoria e prática. O curso ocorreu nos meses de férias na UNESP, no início e meio de ano, sendo o primeiro

semestre no campus de Presidente Prudente e o segundo na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) no município de Guararema.

O apoio dos então reitor e vice-reitor da UNESP também foi fundamental para a realização do CEGEO, que atingiu todos os seus objetivos, formando 46 geógrafos e professores de geografia. Este resultado também foi decorrência de um longo processo de construção do conhecimento que pode ser melhor compreendido pela história da Universidade. A UNESP possui longa tradição na pesquisa e extensão nos estudos agrários. É uma universidade do interior do estado de São Paulo e tem se destacado pela excelência de suas pesquisas e por sua política de internacionalização.

A Cátedra UNESCO

Esta postura institucional determinou a criação da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, como proposta do reitor Marcos Macari, a partir de acordo de cooperação institucional. A Cátedra foi estabelecida em 27 de outubro de 2009 com o objetivo de criar um curso de pós-graduação, realizar de pesquisas sobre a questão agrária e publicações sobre a Educação do Campo e o Desenvolvimento Territorial. Para executar estes objetivos reuniu as experiências do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) com a realização do Banco de Dados DATALUTA e diversos outros projetos. Estavam-se acumulando diferentes experiências acadêmicas para a criação de novas perspectivas com relação aos movimentos socioterritoriais.

Também foram criadas as coleções de livros “Estudos camponeses e mudanças agrárias” e “Vozes do Campo”. A primeira é resultado de um acordo de cooperação entre a UNESP com a China Agricultural University, campus de Pequim, a Universidad Autónoma de Zacatecas (México) e a Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS) baseada no International Institute of Social Studies (ISS) na Holanda. Através deste acordo, livros sobre a questão agrária e o capitalismo agrário são publicados simultaneamente em português, inglês, chinês e espanhol. Estes projetos da Cátedra envolveram professores da UNESP e de diversas outras universidades do Brasil, da América Latina, Caribe, América do Norte, Europa, África e Ásia, expandindo o campo de possibilidades para o conhecimento das experiências camponesas no mundo.

No ano de 2010 uma equipe de professores da UNESP, da Universidade Federal de S. Paulo (UNIFESP) e representantes da Via Campesina começaram a trabalhar na construção do TerritoriAL. Neste ano, a UNESP e a Escola Nacional Florestan Fernandes assinaram convênio para a realização das atividades de pesquisa, ensino e extensão, o que possibilitaria a realização do tempo universidade também na ENFF, considerando que a Escola possui a infraestrutura necessária, como alojamento, refeitório, laboratórios, biblioteca, etcétera.

O TerritoriAL

O Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) é, portanto, fruto desse processo da construção da Educação do Campo. O trabalho realizado pelas equipes da UNESP e da Via Campesina no ano de 2010 foi concluído com a apresentação de uma proposta de mestrado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG). O projeto foi apresentado para a área Interdisciplinar, mas pelo fato da maior parte dos professores serem da Geografia, o projeto foi remanejado para esta área. Esta mudança provocou o retorno do projeto para adequações de acordo com os parâmetros da área de Geografia. Ainda, durante o trâmite do processo, a Cátedra UNESCO de Educação do Campo, promotora da proposta, foi vinculada ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), criado no campus de São Paulo.

Todas essas mudanças afetaram a agenda de criação do TerritoriAL que estava prevista para iniciar no segundo semestre de 2011. A Via Campesina, com a participação do MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulgou amplamente o mestrado de modo que no primeiro semestre já havia mais de 20 candidatos interessados em participar do processo seletivo. Em acordo com o Conselho do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Campus de Presidente Prudente, foi realizado o processo seletivo que aprovou 14 candidatos, que foram matriculados no Campus de Presidente Prudente. A Cátedra contribuiu para a organização das disciplinas e trabalhou conjuntamente com o PPGG, assumindo inclusive os custos com o intercâmbio de professores estrangeiros e com as bancas de qualificação e defesa de dissertação.

Os trabalhos realizados no NERA, desde a década de 1990, ampliaram-se com as atividades junto ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Por meio do intercâmbio de professores de cursos de pós-graduação, da realização de pesquisas nas américas sobre o campesinato e o agronegócio e a coordenação do Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural, foi possível oferecer para a primeira turma de educandos do TerritoriAL uma experiência com professores de várias universidades, como por exemplo: Univesidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco (México), Cornell University (EUA), Universidad de Alicante (Espanha), Saint Mary's University (Canadá), além de diversas universidades brasileiras. A integração entre diferentes alunos de pós-graduação: os educandos oriundos da Via Campesina e os não vinculados aos movimentos camponeses gerou uma nova experiência no campus e no campo, pois o debate paradigmático tinha agora também novos sujeitos (foto 1).

FOTO 1. Turma de 2011, com outros alunos não vinculados aos movimentos camponeses



Dos quatorze mestres da primeira turma, três optaram por serem docência e são professores na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no estado do Paraná.

A aprovação do TerritoriAL pela CAPES aconteceu no dia 4 de março de 2013. Sua área de concentração é Desenvolvimento Territorial e possui três linhas de pesquisa: camponesinato, capitalismo e tecnologias; ambiente, sustentabilidade e território; educação, saúde e cultura. O conselho do TerritoriAL é formado por professores da UNESP e de outras universidades, sendo que, pelo regulamento do curso, dois são indicados pela Escola Nacional Florestan Fernandes. O TerritoriAL foi criado sem a contratação de professores, o que significa que seus docentes trabalham em outros cursos de pós-graduação e ou de graduação. Esta condição também significa um sobre-trabalho e, por esta razão, no primeiro ano alguns docentes solicitaram descredenciamento ao mesmo tempo que outros professores solicitaram credenciamento, exatamente por causa das características do TerritoriAL. No final de 2013, o corpo docente estava estabelecido como consta no quadro 1.

O processo seletivo de 2013, realizado nos meses de junho e julho, aprovou 39 candidatas (foto 2), sendo 36 brasileiros, um colombiano, um peruano e um argentino. Em 2014, integrou a segunda turma outro estudante colombiano através do Programa Estudante Convênio de Pós - Graduação (PE-PG) do CNPQ. Estes alunos foram matriculados no campus de São Paulo. Através do projeto “Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo em Territórios da Cidadania e Assentamentos de Reforma Agrária nas cinco macrorregiões” foram disponibilizadas bolsas de estudo do CNPQ para os alunos que participam do Residência Agrária.

QUADRO 1. Corpo docente do TerritoriAL. 2014

| Professor | Linha de pesquisa | Formação | IES | Categoria |
|--|-------------------|---------------|---------|-------------|
| Ana Lucia de Jesus Almeida | Educação | Geografia | UNESP | Permanente |
| Antonio Thomaz Junior | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro | Educação | Antropologia | UNESP | Colaborador |
| Bernardo Mançano Fernandes | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| Carlos Alberto Feliciano | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| Clifford Andrew Welch | Ambiente | História | UNIFESP | Permanente |
| Eduardo Paulon Girardi | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| Janaina Francisca de Souza Campos Vinha | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| João Márcio Mendes Pereira | Ambiente | História | UFRRJ | Colaborador |
| João Osvaldo Rodrigues Nunes | Ambiente | Geografia | UNESP | Permanente |
| José Tadeu Garcia Tommaselli | Ambiente | Agronomia | UNESP | Permanente |
| Luis Fernando Ayerbe | Ambiente | História | UNESP | Permanente |
| Marcelo Carvalhal | Campesinato | Geografia | UNESP | Permanente |
| Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo | Educação | Pedagogia | UNEB | Colaborador |
| Mirian Claudia Lourenção Simonetti | Ambiente | Geografia | UNESP | Permanente |
| Nashieli Ceclilia Rangel Loera | Educação | Antropologia | UNESP | Permanente |
| Nelson Rodrigo Pedon | Ambiente | Geografia | UNESP | Permanente |
| Noêmia Ramos Vieira | Educação | Geografia | UNESP | Permanente |
| Paulo Roberto Raposo Alentejano | Campesinato | Geografia | UERJ | Colaborador |
| Pedro Ivan Christoffoli | Campesinato | Agronomia | UFFS | Colaborador |
| Rafael Litvin Villas Boas | Educação | Literatura | UNB | Colaborador |
| Raul Borges Guimarães | Educação | Geografia | UNESP | Permanente |
| Ronaldo Celso Messias Correia | Campesinato | C. Computação | UNESP | Colaborador |
| Silvia Aparecida de Souza Fernandes | Educação | Geografia | UNESP | Permanente |
| Silvia Beatriz Adoue | Educação | Letras | UNESP | Permanente |

Cada educando tem seu projeto de pesquisa e participa do projeto geral do Residência Agrária, realizando pesquisa e extensão nos assentamentos de reforma agrária, territórios rurais e territórios da cidadania, além de outros territórios camponeses como quilombos e áreas de outras populações tradicionais. Nesta turma, além dos estudantes de origem camponesa há estudantes não vinculados aos movimentos, mas que possuem uma trajetória de pesquisa sobre o tema do desenvolvimento territorial. A convivência entre educandos oriundos e não oriundos dos movimentos da Via Campesina tem transformado ambos. Da mesma forma como tem ocorrido com que a relação entre a Universidade e a Via Campesina na definição das competências para a realização das atividades do tempo universidade e do tempo comunidade.

O tempo universidade é o tempo de aulas (quadro 2), leituras, redação de textos e colóquios. Os educandos se reúnem em núcleos e organizam as atividades de forma coletiva, inclusive para cuidar da ENFF. As atividades de manutenção, alimentação e infraestrutura também são realizadas pelos estudantes. O tempo comunidade é o tempo da pesquisa de campo, tanto do projeto do mestrado quanto do projeto Residência Agrária, como também é tempo de leituras, redação de textos e contato com os orientadores. Este sistema de alternância de dois tempos complementares define o semestre letivo com cinco a seis semanas no tempo universidade e em torno de cinco meses no tempo comunidade.

FOTO 2. Turma 2 do TerritoriAL na Escola Nacional Florestan Fernandes



Considerando a primeira turma, que fez o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, e a terceira turma que ingressou em 2014 com vinte e seis alunos, são setenta e nove pessoas oriundas, em sua maioria, das comunidades camponesas, que têm o compromisso com o desenvolvimento de seus territórios e consequentemente com o desenvolvimento do país. O desafio de todos é a formação de mestres camponeses, que são aqueles e aquelas que fato contribuem por meio de suas pesquisas, na construção do conhecimento e de políticas públicas para a resistência e a superação.

QUADRO 2. Disciplinas do TerritoriAL

Formas de Organização da Produção e do Trabalho
Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada ao Desenvolvimento Territorial
A Cartografia para Análise e Discussão Territorial
Metodologia de Pesquisa
Mercado e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
Economia Política da América Latina e Caribe
Metodologia de Pesquisa
Reforma Agrária na América Latina e Caribe
Estado e Políticas Públicas na América Latina e Caribe
Uso do Relevo e do Solo na Conservação dos Territórios
Poderes, Territorialidades e Conflitos no Século XXI
Movimentos Sociais na América Latina e Caribe
Movimentos Sociais na América Latina e Caribe
Análise do Potencial Hídrico nas Diferentes Classes de solos da América Latina e Caribe
Políticas curriculares e Educação do Campo
Cultura, Identidade e Território
Educação do Campo na América Latina e Caribe
Práticas de Saúde e Representação Social
Políticas Públicas de Saúde
Intelectuais e Organização do Trabalho Pedagógico na América Latina
Territórios do Cotidiano: Sociabilidades, Territorialidades, Conflitos e Desenvolvimento

Considerações

O TerritoriAL tem atingido resultados positivos. É um modelo inovador que está sendo construído e pode inspirar outras iniciativas voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento desde o campesinato. A construção coletiva tem sido a garantia dos acertos, mas evidente que há conflitos entre todos, pois são as diferenças que fazem o consenso disputado. As perspectivas e metas do TerritoriAL para o triênio 2013-2016 são: a) publicar dois livros por ano, resultado das experiências e pesquisas de educadores e educandos; b) defender as dissertações em dois anos; c) conseguir nota 4 da Capes e criar o doutorado na avaliação quadrienal. Também é evidente que tudo isso é muito difícil, mas se voltarmos a 1997, não tínhamos ideias das dificuldades que superaríamos ao chegarmos em 2014.

A construção de um projeto camponês de desenvolvimento territorial para sua autonomia é fundamental para a melhoria da qualidade de vida com aumento de sua capacidade de resistência. Temas como soberania alimentar, sustentabilidade, comida saudável, preservação ambiental fazem parte desta população, que luta contra os agrotóxicos, a exploração do trabalho e a expropriação. A construção do conhecimento e a produção de políticas públicas são dois processos inseparáveis para a superação dos problemas que o campo enfrenta. Isto é só o começo.

Referências

- Caldart, R. (2000). *Escola é mais do que escola na Pedagogia do MST*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Camacho, R. S. (2014). *Paradigmas em disputa na Educação do Campo*. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente.
- Fernandes, B. M. (2013). *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de Livre – Docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Recuperado de <http://www2.fct.unesp.br/nera/lttd/textos-volume1-bmf2013.pdf>
- Michelotti, F. (2012) Residência agrária. In *Dicionário de Educação do Campo* (681-686). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Molina, M. (2003) *A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do campo e desenvolvimento sustentável*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.
- Relatório da *Segunda Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (II PNERA). (2014) PRONERA/INCRA/IPEA/Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, Brasília.
- Santos, C. A. (2009) *Educação do campo e políticas públicas no Brasil: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação*. 2009. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
- UNESCO (2014). *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*. Brasília: UNESCO.